

O endurecimento político de FHC

Brasílio Sallum Jr. *

O que aconteceu com a conhecida “capacidade de convencimento” de FHC? Ela parece ter naufragado como a tristemente famosa réplica da nau capitânia de Pedro Álvares Cabral. Os exemplos disso são fartos. Assim, quem for da “base aliada” e não votar o mínimo está ameaçado de perder os cargos e as verbas de que dispõe. Quem for manifestar seu inconformismo na comemoração oficial dos 500 anos de Brasil, sofre severa repressão, mesmo se for índio — representante dos nativos da terra descoberta —, estiver desarmado e só quiser manifestar-se pacificamente. Caso o Movimento dos Sem-Terra (MST) invada propriedades e, em especial, edifícios públicos, ganha a honra de uma reunião ministerial urgente, enquadramento na Lei de Segurança dos tempos do general Figueiredo e a ameaça de se haver com as Forças Armadas. Convenhamos que isso tudo não é pouco, ao menos em um governo cujo presidente nunca quis confundir-se com o estilo do senador Antonio Carlos Magalhães.

Não há dúvida de que presenciemos certo enrijecimento político por parte da Presidência da República — ou, como notou um observador atento da nossa cena política, um momento de “crispação” autoritária. É preciso deixar claro, desde logo, que o endurecimento político do governo não pode ser explicado pelo próprio comportamento de seus oponentes eventuais, pois suas ações

não constituem inovação importante em relação ao passado. De fato, a chamada “base aliada” já ofereceu muitas vezes resistência à vontade do governo. Chegou até a impor-lhe derrotas em pontos importantes de seu programa, como no caso da reforma da Previdência Social.

Quando ao MST, para tomar um exemplo entre os adversários do governo, ele já promoveu no passado muitas outras invasões ilegais, tanto de propriedades privadas como de edifícios públicos. Em todos os casos, exceção feita à greve dos petroleiros de 1995, o governo foi extremamente tolerante e acabou conseguindo, ao menos parcialmente, impor-se sem usar de instrumentos

repressivos. A explicação da mudança governamental não está no comportamento de adversários ou de aliados recalitrantes. Está no “clima de opinião” hoje predominante no País e que torna governar mais difícil que antes. Explico-me.

Durante seu primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso implantou um programa muito complexo de reformas — várias delas envolvendo mudanças constitucionais —, embalado em um “clima de opinião” extremamente favorável ao seu governo, derivado de fatores como a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real. Esse



apoio popular difuso garantia ao presidente FHC uma cobertura muito favorável da mídia e muito prestígio para os políticos aliados do governo. Ao mesmo tempo, “o clima de opinião” constituía, para os adversários, barreira difícil de ser superada em todas as situações.

Em suma, do alto do seu prestígio popular, conseguido com a estabilização monetária, a “capacidade de convencimento” do presidente Fernando Henrique podia ser exercida com um máximo de eficiência. Não nos iludamos, porém. O apoio popular difuso, mesmo nas melhores épocas, nunca foi suficiente para sustentar sozinho a eficácia da ação governamental. O exercício da persuasão presidencial sempre esteve vincula-

do também à distribuição de recursos políticos específicos aos aliados. No segundo governo Cardoso, o “clima de opinião” mudou completamente. A desvalorização cambial ocorrida em janeiro do ano passado quebrou o encanto que envolvia o “criador do Real”, não importa as vantagens que tenha trazido para as atividades produtivas do País. Daí em diante, o apoio acabou se convertendo em rejeição popular difusa.

Apesar da impopularidade de Fernando Henrique, enquanto duro o medo da desestabilização econômica, aliados e adversários do governo mantiveram-se relativamente bem-comportados. Foi o que ocorreu em 1999. Mas, à medida que o horizonte econômico-social melhorou um

pouco e as eleições municipais de 2000 ficaram mais próximas, os movimentos sociais e a base de sustentação política do governo FHC foram se tornando cada vez mais reivindicantes e agressivos. É basicamente nesse contexto que precisam ser entendidas as reações governamentais às negações de dissidência de sua base parlamentar e às manifestações coletivas de oposição. A falta de apoio popular faz com que a unidade da coalizão política governamental dependa muito mais da distribuição de favores ou da ameaça de suspendê-los. A impopularidade é o que torna, também, o governo mais inclinado ao uso dos instrumentos repressivos para conter a oposição social organizada.

Tanto o governo quanto a sociedade parecem estar prisioneiros dessa armadilha. Desde que a estabilidade perdeu o encanto, o governo parece sonhar que a retomada do crescimento econômico produza mais uma vez, em algum momento, a magia da popularidade difusa, que é a principal condição para que o governo recorra aos instrumentos punitivos e mostre de novo sua face tolerante e persuasiva. Os que pensam dessa forma esquecem que o Plano Real apenas realizou efetivamente um projeto de estabilidade que era acalentado em surdina pela maioria da

população, no longo período de instabilidade que vivemos até 1994. Nessa sintonia está a raiz do prestígio popular que embalou o presidente no seu primeiro governo.

O que leva a acreditar que o crescimento econômico, por si só, é agora o projeto da maioria? E quem garante que, se ele ocorrer, será atribuído ao trabalho do governo? Enquanto cresce sua impopularidade, o governo Fernando Henrique embala-se na esperança tecnocrática de que a retomada do crescimento econômico produza um dia o apoio popular que lhe tem faltado ultimamente. E, enquanto o apoio não vem, tropeça ameaças e medidas de força. Tem lhe faltado pautar-se por um programa de construção nacional, não apenas de estabilidade, de crescimento e de modernização. Mas um programa principalmente de inclusão social, de redução drástica de nossa multissecular desigualdade. Um programa de construção nacional que, orientando-se para superar a desigualdade extrema, possa

inspirar a adesão moral da maioria da população brasileira. O tempo vai se esgotando para o governo Fernando Henrique. Ele está a ponto de deixar escapar das mãos as possibilidades de liderar um projeto nacional desse tipo. Com isso, prepara muito bem o terreno para seus adversários cultivarem a partir de 2002. ■

A impopularidade é o que torna o governo mais inclinado ao uso dos instrumentos repressivos para conter a oposição

* Coordenador de pós-graduação em sociologia da Universidade de São Paulo.